

Exmo. Senador

VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Exma. Senadora

DANIELLA RIBEIRO

Exmo. Senador

JOSÉ MARANHÃO

No auge da crise provocada pelo aumento exponencial dos casos de Covid-19 e de mortes por ela causadas, os ataques aos direitos da classe trabalhadora seguem em pauta, mesmo às vésperas do dia mundial do trabalhador e da trabalhadora. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ameaça colocar em votação neste sábado (02/05) o congelamento de salários, promoções e concursos de servidores federais, estaduais e municipais.

Esse novo ataque ao funcionalismo foi incluído – em consequência de uma articulação nefasta com o ministro da Economia, Paulo Guedes – dentro do PLP 149/2019, que originalmente trata de ajuda aos estados e municípios no período da pandemia. O Senado acelera a votação *online*, sem qualquer debate prévio, logo após o Dia dos Trabalhadores.

O Artigo 8º do projeto diz que “a União, os Estados, o DF e os Municípios [...] ficam proibidos, até 31/12/2021, de conceder, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a servidores públicos; [...] criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; [...] admitir ou contratar pessoal [...], realizar concurso público, [...], criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, [...] contar esse tempo como de período para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, promoções, progressões, incorporações, permanência[...].”

Trata-se de um contrassenso inaceitável: um ataque aos trabalhadores e aos serviços públicos precisamente no momento em que servidores estão dando suas vidas, literalmente, no combate à pandemia. Em que estão trabalhando dobrado para atender a população realizando pesquisas para a solução da crise sanitária e para combater o vírus nas linhas de frente dos hospitais e redes de Saúde. Um ataque que ocorre justamente quando o país mais necessita do funcionalismo servindo à população.

Trata-se também de uma medida injusta, pois onera trabalhadores assalariados (a imensa maioria de renda média ou baixa), enquanto o governo segue auxiliando banqueiros e mantendo o país como campeão mundial de regressividade tributária (milionários e

bilionários quase não pagam impostos no paraíso fiscal da especulação que se tornou o Brasil).

Trata-se, sobretudo, de um contrassenso econômico, pois o governo não precisa cortar tais gastos (irrisórios, por sinal). Ele tem inúmeras alternativas para financiar as centenas de bilhões de reais em dispêndio público necessários à suplementação de verbas ao SUS e à distribuição emergencial de renda digna aos milhões de trabalhadores que perdem emprego ou salário durante a quarentena (boicotada, aliás, pelo governo).

Pode-se, por exemplo, emitir moeda, elevar endividamento, reduzir a zero a taxa de juros - mediante controle de capitais para impedir fuga de dólares especulativos e destruição das reservas (necessárias, inclusive, para garantir compras essenciais na pandemia). Isso tudo permitiria manter vivo o consumo das famílias e, assim, facilitar a retomada da economia no pós-quarentena. Ao contrário, atacar a renda de dezenas de milhões de famílias de trabalhadores do setor público só enfraquecerá o consumo e a necessária recuperação em cadeia da economia.

Enfim, estes são apenas alguns poucos exemplos de fontes de receita disponíveis de imediato à utilização no combate à pandemia e na recuperação das crises econômica e social decorrentes das quarentenas. Todas elas muito mais eficientes economicamente, pois não teriam efeitos (multiplicadores e colaterais) negativos no consumo e na renda agregada nacional. Seriam também muito mais justas do ponto de vista social.

Alcolumbre, que assumiu a relatoria do PL, pretende aprová-lo no rolo compressor já neste sábado ou no início da semana que vem. Na sequência, o PL deve ir à Câmara. Temos pouco tempo e estamos forçados à reclusão domiciliar. Mas é possível, sim, organizar a luta e barrar mais este ataque ao funcionalismo e aos serviços públicos.

Por todo o exposto, contamos com o vosso compromisso em opor-se a incluir na pauta ou votar qualquer projeto que congele salários, promoções e concursos de servidores federais, estaduais e municipais. Dizer “não” ao congelamento salarial é assegurar que a economia possa rapidamente se recuperar, garantindo justiça social em nosso país.

A luta contra a Covid-19 necessita de serviços públicos de qualidade. Nenhum ataque ao funcionalismo, seus salários e carreira!

João Pessoa, 02 de maio de 2020.

Diretoria Executiva da ADUFPB
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba